INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE
PROFESSOR: DR. PAULO SCHMIDT
www.ufrgs.br/dcca/schmidt.htm
pschmidt@ufrgs.br

1.CONTABILIDADE: A ORIGEM DA NECESSIDADE INFORMACIONAL

A Contabilidade tem vivido nos últimos anos uma revolução em termos de sua história, visto que recentes trabalhos arqueológicos encontraram vestígios da utilização de sistemas contábeis na pré-história, durante o período Mesolítico.

O período pré-histórico Mesolítico foi compreendido entre 10.000 e 5.000 a.C. e foi marcado pelo aquecimento do clima da Terra pondo fim ao período glacial. Sua caracterização como período pré-histórico deve-se ao fato de situar-se antes do aparecimento da escrita. Fato que marcou o fim da pré-história.

Esta mudança no clima da Terra favoreceu o aparecimento das primeiras grandes comunidades junto às terras baixas do Oriente Próximo, especialmente onde abundantes nascentes tornavam estas áreas privilegiadas para o cultivo agrícola e para criação de animais.

Em sítios arqueológicos do Oriente Próximo foram encontrados materiais utilizados por civilizações pré-históricas que caracterizaram um sistema contábil utilizado entre 8.000 e 3.000 a.C., constituído de pequenas fichas de barro. Estas escavações revelaram fatos magnânimes para a Contabilidade, colocando-a como a mola propulsora da criação da escrita e da contagem abstrata.

É possível falar-se de arqueologia da Contabilidade, pois os vestígios encontrados de sistemas contábeis é produto do estudo científico de restos de culturas humanas derivadas de conhecimentos desenvolvidos em tempos pré-históricos.

Esta nova fase no desenvolvimento do homem na Terra, principalmente nas áreas mais férteis como a antiga Pérsia e Mesopotâmia, criou uma necessidade até então pouco considerada: o controle do produto da agricultura e da criação de animais. Era necessário um sistema para o registro da localização destas mercadorias, seus proprietários, possíveis dívidas surgidas com suas transferências e direitos dos antigos proprietários. Todas estas novas situações deveriam ser identificadas e registradas pelos homens pré-históricos, mas como poderia ser possível se ainda não existiam a escrita e a contagem em sentido abstrato? A resposta para esta pergunta pode estar em trabalhos de pesquisa arqueológicos, que mesmo não tendo a intenção original de buscarem esta resposta acabaram tropeçando na origem da Contabilidade.

Para muitos estudiosos a origem da escrita não foi, como pensavam os antigos, uma invenção espontânea e súbita, nem o alfabeto teve origem divina como acreditavam até o século XVIII, nem a escrita iniciou com a pictografia (sistema primitivo de escrita em que se exprimiam as idéias por meio de cenas figuradas ou simbólicas). A teoria de que a escrita teve origem na pictografia perdurou por dois séculos (XVIII ao XX) quando as escavações iniciadas no princípio do século em Uruk, antiga cidade da Mesopotâmia e centro importante da civilização sumeriana, revelaram várias tábuas cuneiformes, bem como outras tábuas impressas de forma geométrica e outras formas. Em sítios arqueológicos em Israel, Síria, Iraque, Turquia e Irã foram encontrados pequenos artefatos de barro, chamados de fichas, datando de 8.000 a 3.000 a.C.. Escavações também revelaram a existência de outros artefatos de barro assemelhados a caixas contendo fichas no seu interior e impressões externas - costume sumeriano para identificar devedores ou outras pessoas - que datavam, os mais antigos, de aproximadamente 3.250 a.C., denominados de envelopes.

As fichas de barro foram classificadas em duas categorias: fichas simples e complexas. As simples possuíam a forma de esferas, discos, cilindros, ovoides, triângulos, retângulos e revelam

traços de 8.000 a.C., sendo usadas principalmente em zonas rurais; as complexas, também com uma grande variedade de formas, porém com incisões ou pontuações e frequentemente perfuradas, eram usadas em muitas cidades e nos arredores dos templos. Estes pequenos objetos de barro espalhados por várias partes na Terra, eram moldados a mão e endurecidos com calor, medindo de 1 a 4 centímetros. Em sítios arqueológicos de Jarmo, Iraque, foram encontrados mais de 1.500 fichas datadas de 6.500 a.C..

Foram encontradas, no ano de 1920, em Nuzi (norte da Babilônia), 49 fichas acompanhadas de uma tabela de pedra com inscrições cuneiformes listando um pequeno rebanho de carneiros, pertencente ao segundo milênio a.C., portanto, não classificado dentro do período pré-histórico. Estes artefatos, aparentemente, representavam a transação deste pequeno rebanho realizada por Puhisenni, filho de Mapu, habitantes da região, onde sete diferentes tipos de carneiros e cabras foram transferidos para o pastor de nome Ziquarru. As escavações revelaram que as 49 fichas perfuradas encontradas representavam a garantia de que o pastor havia recebido o rebanho e possuía uma dívida com o proprietário. Cada animal do rebanho era representado por uma ficha mantida em um receptáculo. Sempre que algum animal era transferido para um pastor, ou para outra pastagem, ou mesma para tosquia, a forma de registro deste evento era a transferência da ficha correspondente ao animal para outra caixa, registrando esta ocorrência. A explicação para este duplo registro (a tabela de pedra e as fichas) oferecida por Schmandt-Besserat[1], foi de que a caixa de barro contendo as fichas era provavelmente destinada ao pastor (ou devedor), enquanto a tabela constituía o recibo de proprietário (ou credor). Mesmo já existindo a escrita cuneiforme, a maioria da população (como os pastores de 2.000 a.C.) não dominava este tipo de escrita e as fichas contábeis era de fácil entendimento, já que cada ficha representava um animal.

As fichas contábeis foram as antecessoras e propulsoras da escrita e da contagem no sentido abstrato. Historicamente a contagem envolveu três fases evolutivas: o início caracterizado pelo chamado correspondente um-por-um, passando para a contagem concreta (principalmente com fichas) e chegando na contagem abstrata através dos números.

Esta primeira fase envolvia a combinação de um sinal (por exemplo: um osso, uma concha do mar) com uma mercadoria (um carneiro, uma medida de grão, um coco), repetindo o sinal para cada unidade adicional do produto.

A segunda fase, contagem concreta, caracterizava-se pelo relacionamento através de fichas concretas (ou outros objetos similares) com palavras representando números específicos. Algumas expressões como uma dupla, uma braça, um par, indicavam o número dois, mas não necessariamente poderiam ser usadas em todas as situações. Na contagem concreta identificava-se um conjunto de palavras ou fichas com um conjunto de coisas específicas. A noção de cardinalidade (medida de grandeza sem referência à ordem de sucessão) foi introduzida nesta fase. Esta contagem estava limitada a um escore de objetos.

A última fase na evolução da contagem desenvolveu o símbolo numérico, liberando a contagem de um conjunto específico de coisas, criando números gerais suficientes para contagem de qualquer coisa e criando a noção abstrata de um, dois, três, etc..

Aos contadores de Uruk, segundo revelações de trabalhos arqueológicos, pode ser creditada a criação dos numerais e a revolução na contagem e na manipulação de dados. Os contadores de Uruk inventaram dois sinais: os numerais (símbolos usados para representar números abstratos) e os pictográficos (símbolos usados para expressar mercadorias). Os numerais eram impressos, enquanto os pictográficos eram talhados. Os numerais provocaram certa confusão nos contadores que preferiam utilizar os sinais pictográficos para seus registros. Por exemplo: o sinal numérico “1”, que era utilizado como medida de grãos, foi substituído por um sinal pictográfico na forma de orelha ou de grão.

---

[1] SCHMANDT-BESSERAT, Denise. Before writing - from counting to cuneiform. Austin, University of Texas Press, 1992.

As fichas de barro (de diferentes formatos) foram usadas abundantemente entre 8.000 e 3.000 a.C. como uma forma de representação de mercadorias. Antes de 3.250 a.C., as fichas não eram armazenadas de forma adequada, sendo que após esta data, elas passaram a ser preservadas em envelopes de barro, sendo que cada ficha representava uma unidade de mercadoria, bem como uma dívida de uma pessoa com outra. Simultaneamente à criação dos envelopes, existia um sistema alternativo onde as fichas perfuradas eram armazenadas e amarradas juntas por uma espécie de lacre de barro. O devedor era identificado por um selo colocado em volta do envelope ou impresso sobre o lacre, prendendo a extremidade da amarração.

Por volta de 3.200 a.C., o envelope foi melhorado para facilitar a identificação do conteúdo. As fichas eram impressas no lado de fora do envelope antes de serem colocadas no seu interior, permitindo uma rápida identificação do total da dívida e do patrimônio de cada envelope, sem a necessidade de abri-lo, portanto, sem quebrar o envelope, uma vez que nesta época já eram usados os lacres de segurança.

Como os formatos das fichas foram aos poucos sendo padronizadas, cada formato de ficha possuía a mesma função desempenhada pelas contas de mercadorias da Contabilidade de hoje. Para ele, praticava-se na antiga Suméria um tipo de partida dobrada já em 3.200 a.C., pois, neste tempo, originou-se os primeiros envelopes de barro com impressões sobre a superfície das fichas contidas no seu interior. O fato de colocar estas fichas dentro do envelope significava o registro das quantidades de vários ativos, ou o que hoje é chamado de débito de entrada. Além disso, existia a necessidade de revelar seu conteúdo e o total do patrimônio representado pelo envelope. Este problema foi resolvido com a impressão no exterior do envelope de cada ficha que seria guardada no seu interior. Esta impressão pode ser vista como uma genuína contra-entrada (neste caso, entrada de crédito) de um sistema contábil. Esta impressão no barro não representa um lançamento de partida dobrada, pois, nesta época, não existiam escrita e livros.

Fica evidente que as transações comerciais eram representadas por transferências de fichas de barro, refletindo a entrada ou saída física de ativos. Como por exemplo: a transferência de um carneiro de um pastor para outro, representava a transferência de uma ficha de barro de um envelope para outro. Portanto, a entrada de uma ficha (representando um carneiro) dentro de um envelope (este envelope representando um pastor "X" ou um curral) correspondia a um crédito na conta carneiro, contra um débito na conta pastor "X", enquanto uma eventual saída desta mesma ficha, deste mesmo envelope, caracterizava um crédito para a conta pastor "X" e a entrada desta ficha em outro envelope (por exemplo para o pastor "Y") equivale a um débito na conta pastor "Y".

Esta transferência de mercadorias de uma localização para outra caracteriza um sistema de partidas dobradas, pois existe o registro de uma dupla entrada, apenas não existe o controle monetário dos sistemas contábeis de partidas dobradas, onde os valores são checados para a verificação se houve o lançamento a débito e a crédito com igualdade de valores.

As características essenciais de um sistema de registro de partidas dobradas são estruturais e empíricas e podem ser resumidas nas seguintes [2] : "(i)simultâneo registro de dois aspectos de entradas e saídas em diferentes lugares (equivalentes, mas não necessariamente em contas idênticas) de um sistema; (ii) a função da contabilidade junto com a utilidade de um controle empírico (fazer inventário e comparar com os registros) bem como com um controle tautológico não-monetário (os números e tipos de fichas no envelope deve ser exatamente igual às impressões em sua superfície)".

[PS1] Comentário:

Como uma forma de expressar o registro das relações sociais, os envelopes de barro representavam o débito ou o direito do proprietário em reclamar a mercadoria. A totalidade dos

[2] MATTESSICH, Richard. Arqueology of accounting and Schmandt-Besserat's contribution. Accounting, Business and Financial History, London, 4(1):5-28, march 1994.

direitos eram revelados através das impressões das fichas na sua superfície. Estas fichas impressas constituíam uma representação abstrata das fichas contidas no envelope.

Estas impressões no exterior dos envelopes constituíam o total de itens individuais devidos por uma pessoa a outra, ou, por outro lado, o patrimônio próprio de uma pessoa. A entrada de uma ficha (representando um carneiro) em um envelope (representando a pessoa "A") equivale ao débito na conta a receber "A" e crédito na conta carneiro. Estes registros caracterizavam as relações sociais semelhantes a uma dívida de uma pessoa e ao direito de reclamar esta dívida de outra pessoa.

Para muitos pensadores contábeis, este sistema de partidas dobradas com fichas como superior ao sistema de registro de partidas dobradas de hoje em dia, pois uma impressão sobre um envelope imediatamente revela-se como equivalente a um crédito de entrada em uma conta de patrimônio líquido, enquanto a transferência de uma ficha de envelope revela-se como um crédito de mercadoria ou alguma conta similar de ativo. Na versão mais sofisticado do sistema contábil pré-histórico com o uso ficha e envelope, fica evidente a dupla utilidade das fichas, pois sua impressão na superfície do envelope de barro representava a realidade social da transação, ou seja, o direito do proprietário em relação ao ativo transacionado, e sua colocação dentro do envelope representava a realidade física, ou seja, o registro da movimentação da mercadoria.

Com o surgimento da moeda e das medidas de valor, o sistema de contas ficou completo, sendo possível determinar as contas contábeis representantes do patrimônio e seus respectivos valores. Os historiadores possuem opinião difusa de que a primeira confecção de moeda tenha sido em Egina, pequena ilha no golfo de Atenas, em 869 a.C. feita de prata. As primeiras moedas que tiveram sua criação historicamente comprovada, foram as de Lidia (na Ásia Menor), em 650 a.C., e na Grécia, em 600 a.C..

Por volta do século V d.C., os impérios clássicos da Eurásia (conjunto continental formado pela Europa e Ásia) viveram uma profunda crise. As incursões ao norte da China, no século I, deram início a uma série de invasões que, nos quatro séculos seguintes, ameaçaram as civilizações estabelecidas na Grécia, Roma, norte da China, Pérsia, Índia e Egito. Tais invasões foram causadas pelo avanço dos nômades da Ásia Central e resultaram no retrocesso da civilização do Mediterrâneo à China no início da Idade Média. As economias dessas regiões regrediram e tornaram-se uma forma de autarquia patrimonial, ou seja, uma economia de subsistência. A Europa, principalmente, permaneceu atrasada. Foi um período de formação em que as sociedades primitivas fundiram-se em monarquias feudais. Mas o processo de consolidação foi lento e interrompido por incursões dos povos bárbaros. A Contabilidade, assim como todo ramo do conhecimento que avança com o desenvolvimento da cultura humana, não evoluiu neste período.

A ascensão do islamismo foi um dos eventos mais significantes e de maior repercussão da história medieval e moderna. Como forma de conter a expansão do islamismo, os cristãos do ocidente criaram as cruzadas medievais com o objetivo de expulsar os muçulmanos da Terra Santa. Mesmo com as constantes catástrofes das cruzadas que arrasaram os Estados cristãos do Oriente, esta guerra santa contribuiu para o renascimento do Mediterrâneo como via marítima, utilizado para dar vigor às atividades comerciais das cidades costeiras da Itália. Entre estas cidades, Veneza conheceu a supremacia comercial de toda costa oriental, do Mediterrâneo à Rússia meridional. A cidade de Florença desenvolveu-se como um grande centro industrial especialmente na fabricação de lã e seda.

O final do século X foi marcante para a recuperação da Europa, em relação ao período precedente de devastação e revés econômico. Cessada as invasões, rapidamente a situação se inverteu. A abertura de novas terras para a lavoura foi a base do processo de recuperação. Excedentes agrícolas tornaram-se disponíveis para o comércio, o que estimulou a fundação e o crescimento de cidades, mercados e feiras. No ano 1.000, Pisa e Gênova estavam começando a emergir das derrotas sofridas nas mãos dos sarracenos (nome dado pelos ocidentais, na Idade

Média, aos muçulmanos). Nesta época, das cidades italianas do norte, apenas Veneza praticava comércio ultramar.

Com o ressurgimento da atividade econômica, renasce, também, a importância da Contabilidade. Para Melis[3], o século XIII foi o período que marcou o fim da era da Contabilidade Antiga e o início da era da Contabilidade Moderna.

A Contabilidade, antes da retomada do crescimento econômico e do surgimento das primeiras grandes empresas, era utilizado como um instrumento isolado e fragmentado de registro da movimentação de bens, de débitos e de créditos, passando para um instrumento mais sistematizado de informação de várias atividades empresariais. As atividades empresariais na idade média eram mínimas, os pequenos comerciantes e artesãos necessitavam apenas de informações simples, como o total de suas dívidas, prazos de vencimento e beneficiários, bem como informações sobre seu contas a receber, que em grande parte dos casos, tratava-se de vendas para pessoas conhecidas e de seu convívio.

O surgimento do comércio em grandes quantidades desencadeou a necessidade de controle. A Contabilidade despontou como o instrumento capaz de fornecer as informações necessárias para o gerenciamento dos negócios.

Como os mercados consumidores cresceram e transcenderam os muros das cidades, principalmente em cidades marítimas como Veneza, no mar Adriático, e Gênova, no Tirreno, tanto comerciantes, como consumidores necessitavam de controles de suas mercadorias e de seus negócios. O fluxo de dinheiro envolvido nestas transações aos poucos foi tomando vulto, surgindo, então, a necessidade de controle de entradas e saídas de caixa. A Contabilidade, naturalmente, foi criando sistemas para controle de toda movimentação patrimonial dessas empresas. Começaram a surgir as primeiras grandes obras que deram um passo decisivo para a fixação da Contabilidade como um instrumento útil no controle patrimonial.

Pesquisas sobre a origem das técnicas de escrituração contábil transportam para o período entre os séculos XII e XIII, no norte da Itália, as primeiras manifestações práticas do uso do sistema de partidas dobradas em empresas. Após estas primeiras práticas contábeis é que seu uso generalizou-se por toda Europa.

Cidades como Florença e Gênova, entre outros centros comerciais, também desenvolveram o sistema de partidas dobradas, independentes do sistema veneziano apresentado por Pacioli.

Embora, como ficou demonstrado anteriormente, mesmo que os primeiros sistemas de partidas dobradas, com a utilização de fichas de barro, apareceram na pré-história, o uso generalizado deste sistema de registro contábil começou a ser implementado somente com o advento da chamada revolução comercial ocorrida após o século XII.

Dois grandes motivos podem ser apontados como os propulsores do desenvolvimento dos sistemas contábeis de partidas dobradas:

1)o desenvolvimento econômico na área abrangida entre as cidades de Veneza, Gênova e Florença, criando um ambiente de negócios e um nível comercial bem mais sofisticado que o conhecido até então, dando origem a uma demanda por sistemas contábeis mais sofisticados;

2)a aprendizagem da tecnologia de impressão de livros na Alemanha e sua rápida disseminação para os grandes centros comerciais da Europa, principalmente para o norte da Itália.

---

[3] MELIS, Federigo. Storia della ragioneria. Bologna, Zuffi, 1950.

O desenvolvimento e a propagação das partidas dobradas ajudou o homem a atravessar o último período medieval vivido pela Europa, facilitando a solidificação de um novo período histórico, onde novas formas de administrar e comercializar foram implantadas. O movimento Renascentista (movimento que, no começo dos tempos modernos, procurou renovar não só as artes plásticas e as letras, mas também a organização política e econômica da sociedade) e o capitalismo criaram novas condições sociais, permitindo que mais pessoas acumulassem bens e riquezas. Esta nova situação teve implicações nos negócios e, sem dúvida, nas práticas contábeis.

Três principais eventos causaram o desenvolvimento econômico do norte da Itália depois do ano 1100. Um foi o aumento rápido e generalizado da população. Isto aconteceu até metade do século XIV, quando uma praga reduziu a população para um terço. O segundo evento foi as oportunidades econômicas oferecidas pelas Cruzadas. A invasão dos turcos à Jerusalém, em 1075, e os conflitos com exércitos europeus por duzentos anos, criou um caminho fértil de comércio entre a Europa e o Oriente Médio. As cidades de Gênova, Veneza e Florença foram, ao longo da história, pontos de contato de negócios com o Oriente Médio. Estas três cidades cresceram, prosperaram e tornaram-se um local importante de comércio com todo norte da Europa. Esta posição central no comércio mundial exercido por estas cidades, resultou em um aumento por todo tipo de serviço especializado, entre os quais inseriu-se os sistemas contábeis.

A data precisa de quando foram introduzidos os primeiros sistemas contábeis utilizando partidas dobradas não é conhecida, mas uma das primeiras manifestações de uso empresarial foi por volta de 1340, na cidade de Gênova.

Este primeiro sistema de partidas dobradas foi desenvolvido por um funcionário público responsável por um ano pela tesouraria da cidade de Gênova. No final deste período, ele possuía todo controle do caixa e de outros itens para prestar contas à comunidade. Este ciclo contábil de um ano e o balanço das contas apresentados por este funcionário público, criou uma necessidade fundamental de responsabilidade e controle sobre os negócios públicos. Os procedimentos de controle contábil das contas da tesouraria e a determinação de um ciclo contábil determinados por este funcionário ajudaram a expandir os métodos contábeis nesta cidade.

Existem vários indícios que o sistema contábil de partidas dobradas emergiu em várias localidades ao mesmo tempo, em resposta a pressões similares de novas condições econômicas, sociais e culturais vividas por estas regiões. O início do crescimento econômico de Florença data de, aproximadamente, 1100 e gerou a transformação de uma cidade agrícola e feudal em um centro cosmopolita de banqueiros e comerciantes. A primeira moeda de ouro cunhada na Europa foi em Florença, em 1252. Este fato marcou a origem de um enorme sucesso comercial e de vários negócios para Florença, especialmente ligados a bancos. Grandes sociedades familiares foram criadas, levando Florença a se tornar o maior centro comercial da Europa. Isto, sem dúvida, gerou a necessidade do desenvolvimento de sistemas mais sofisticados que os existentes na época, para controle dos negócios, especialmente no que se refere ao registro das participações sociais.

A Contabilidade teve um papel importante neste momento inicial do desenvolvimento econômico da região, principalmente pelo tipo de sociedade participativa que estava surgindo na época. Era preciso que os registros das responsabilidades e dos montantes de participação nas sociedades ficassem corretamente guardados. Para isso, como afirma Pelagallo (*apud* Mills)[4] "livros contábeis foram abertos e no início do século XIV os primeiros manuscritos revelaram débitos e créditos em parágrafos verticalmente dispostos. Isto era uma evidência de que razões com sistema de partidas dobradas existiam desde 1335". Um outro manuscrito encontrado em Florença, escrito entre 1330 e 1340, apresenta um sofisticado sistema de partidas dobradas, criado de forma independente das outras regiões onde, também por esta época, aflorou o uso destes processos de registro de transações.

---

[4] MILLS, Geofrey T. Early accounting in northern Italy: the role of commercial development and the printing press in the expansion of double-entry from Genoa, Florence and Venice. The Accounting Historians Journal. Alabama, 2(1):81-96, june 1994.

Mesmo que o sistema de partidas dobradas tenha sido desenvolvido em mais de uma cidade simultaneamente, Veneza tornou-se a mais conhecida mundialmente, devido ao momento histórico vivido por esta cidade, quando da publicação do primeiro livro impresso que continha este sistema contábil. Pacioli, com sua obra, tornou Veneza imortal para todos estudiosos da Contabilidade.

A preocupação dos primeiros autores estava em descrever e apresentar exemplos de como registrar transações em livros contábeis através de partidas simples ou dobradas. A Contabilidade, para eles, deveria preocupar-se especialmente com a processo de escrituração e com as técnicas de registro através dos sistemas de contas.

Com o fim do feudalismo a Europa viveu uma transformação econômica com um novo direcionamento voltado para o capitalismo. O aumento dos negócios e das atividades comerciais demandaram o aumento de controle através de sistemas contábeis mais sofisticados e sistematizados.

Com este pensamento transformador, muitos estudiosos contábeis da época procuraram desenvolver modelos contábeis para apoiar o desenvolvimento econômico que o mundo, principalmente a Europa, estava vivendo.

Para estes pensadores contábeis, o processo de escrituração contábil deve estar subordinado ao funcionamento das contas. O objetivo das contas é sempre o de registrar uma dívida a receber ou a pagar, ou seja, o processo central de registro do ***haver*** e do ***dever***. Esta preocupação com o registro das contas a receber e a pagar coincide com a origem do crédito nas relações comerciais, pois para a mesma pessoa existem duas situações distintas em relação ao crédito: ou está devendo ou tem a haver. Como o número de transações aumentou muito com o abandono do feudalismo e com o ingresso em um regime sócio-econômico onde os meios de produção passaram a pertencer a qualquer pessoa que possuía capital, as relações de crédito entre compradores e vendedores também cresceram. Este crescimento transformou, mesmo para os pequenos comerciantes, a forma de tratamento destas relações comerciais. As contas contábeis foram um dos mais hábeis instrumentos utilizados para registrar estas relações.

O contismo, centrado no problema de evidenciar os saldos das contas a receber e a pagar e seguindo os princípios ditados pelos primeiros trabalhos escritos sobre técnicas comerciais, seguiu a regra de **quem recebe deve** e **quem entrega tem a haver**. As contas, na realidade, representam o conjunto de débitos e de créditos que uma pessoa tem em relação a outra. As contas a receber e a pagar, com o desenvolvimento da teoria das contas, ao longo dos anos, uniram-se a várias outras contas representando valores e outros bens como: dinheiro, mercadorias, etc. Sua movimentação seguia os mesmos princípios ditados para as contas a receber: eram debitadas quando aumentavam e creditadas quando diminuíam. Por outro lado, as contas de passivo deveriam funcionar de forma equivalente à movimentação das contas a pagar, ou seja, aumentavam com créditos e diminuíam com débitos.

O primeiro modelo impresso de partidas dobradas foi apresentado pelo frei Luca Pacioli, considerado um grande matemático do século XV e universalmente conhecido por ter incluído em sua "*Summa*" o Tratado XI (do título IX), intitulado "*De computis et scripturis*", onde está inserido o método de registro contábil de Partidas Dobradas, conhecido, na época, como o método de Veneza.

Pacioli justificou a inclusão de seu tratado na "*Summa*" dizendo que decidiu inclui-lo por achar grandemente necessário ao mercado que deve saber registrar corretamente suas contas, a partida de crédito e de débito e seus correspondentes e também determinar o lucros e perdas de todo negócio. Para Pacioli, o comerciante deveria ser um bom conhecedor de registros contábeis e deveria, a qualquer momento, ter noção exata de suas transações.

Esta obra foi dedicada ao Duque de Urbino (Príncipe Guidobaldo di Montefeltro) e foi escrito na língua materna para poder ser utilizado por todos os interessados, sem distinção. Era comum na época que os trabalhos científicos fossem escritos em latim e não em italiano.

Embora, para os iniciantes no conhecimento contábil, Luca Pacioli seja apresentado como o criador das partidas dobradas, ele foi, na verdade, o primeiro grande divulgador deste sistema contábil de registro, pelo fato de coincidir a época de sua obra com a introdução da impressão na Itália. Na época da publicação do "*Summa*", já existiam em Veneza por volta de 200 tipografias funcionando.

A escolha de Veneza como o local para publicação de seu trabalho deve-se, especialmente, ao fato de Veneza ter sido, na época, a cidade com as principais tipografias e centro do comércio mundial.

O "*Summa*" foi impresso em duas partes, cada uma com paginação própria. A primeira parte está dedicada, praticamente, à aritmética e álgebra. Esta primeira parte, que inclui alguns cálculos comerciais, foi dividida em oito títulos e apresentada nas primeiras 150 páginas. O restante da primeira parte, com 74 páginas, consiste do nono título, que possui 12 tratados, no qual está incluído o famoso tratado XI. A segunda parte do "*Summa*" é composta de 76 páginas e é dedicada à geometria.

Hoje, quinhentos anos da primeira publicação da obra "*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni e Proportionalitá*", o leitor tem dificuldade de entender, ou de simplesmente ler o livro, devido a sua característica semigótica de impressão e de um grande número de abreviaturas, criando grandes dificuldades ao leitor não habituado com escrita antiga.

TRATADO

O tratado XI - *DE COMPUTIS ET SCRIPTURIS* - tornou Pacioli imortal. Pela primeira vez, o método das partidas dobradas , segundo o modo de Veneza, foi apresentado em uma obra impressa.

No capítulo 36 do tratado XI, o mais conhecido, Pacioli detalhou algumas regras para o lançamento contábil e, principalmente, apresentou um exemplo de como deveria ser utilizado o sistema contábil de registro de contas por partidas dobradas. O exemplo demonstrado na página 210 do "*Summa*", segundo Antinori e Esteve[5], apresenta as seguintes contas contábeis: Lodovico di Piero Forestani, Caixa (dinheiro) em mãos de Simone d'Alesso Bombeni, Martino di Piero Foraboschi e Francesco d'Antonio Cavalcanti. Para o lançamento dos valores foi adotada a divisão da moeda utilizada na época, ou seja: Lira (L), Soldi (s) e Denari (d).

[5] ANTINORI, Carlo & ESTEVE, Esteban Hernandez. Ob. cit. p. 199.

Como se deve indicar a partida de débito MCCCCLXXXXIII	*Como se deve indicar a partida de crédito MCCCCLXXXXIII*
Lodovico di Piero Forestani de' dare a di XIII novembre 1493. L. 44 s. I d. 8, porto contanti in prestanza, posto cassa avere a car. 2..... L. 44 s. I d. 8	*Lodovico di Piero Forestani de' Havere a dì 22 novembro 1493 L. 20 s. 4 d. 2 sonno per parte di pagamento. E per lui ce li à promissi a nosso piacere Francesco d'Antonio Cavalcanti, posto dare a car. 2..... L. 20 s. 4 d. 2*
E a dì 18 detto L. 18 s. 11 d. 6 promettendo per lui a Martino di Piero Foraboschi a suo piacere posto havere in questo a car.2 .....L.18 s.11 d.6	*Cassa in mano si Simone d'Alesso Bombeni de' havere a dì 14 novembre 1493. L. 44 s. I1 d.3 a Lodovico di Piero Forestani in questo a car. 2 .....L. 44 s.1 d.8*
Cassa in mano di Simone d'Alesso Bombeni dè dare a dì 14 novembre 1493 L. 62 s. 13 d. 2 da Francesco d'Antonio Cavalcanti in questo a car. 2 ..... L. 62 s.13 d.6	*E a di 22 novembre 1493 L. 18 s. 11 d. 6 a Martino di Piero Foraboschi a ca. 2 ..... L.18 s.11 d.6*
Martino di Piero Foraboschi de' dare a dì 20 novembre 1493. L. 18 s. 11 d. 6 porto lui medesimo contati posto cassa a car. 2.....L. 18 s.11 d. 6	*Martino di Piero Foraboschi di Havere a dì 13 novembre 1493. L. 18 s. 11 d. 6 gli promettemo a suo piacere per Lodovico di Piero Forestani posto debbi havere in questo a car. 2.....L. 18 s.11d.6*
Francesco d'Antonio Cavalcanti de' dare a dì 12 novembre 1493 L. 20 s. 4 d. 2, ci promisse a nostro piacere per Lodovico di Piero Forestani a car. 2.....L. 20 s. 4 d. 2	*Francesco d'Antonio Cavalcanti de havere a di. 14 novembre 1493. L.62 s.13 d.6 reco lui medesimo contati posto cassa dare a car. 2 .....L. 62 s.13d.6*

Como forma de melhor traduzir as propostas de lançamentos contábeis de Pacioli, procedeu-se a uma tradução para a língua portuguesa, para facilitar o entendimento. O que deve ficar claro é que Pacioli não propôs uma sequência de lançamentos contábeis. Apenas propôs exemplos isolados para salientar que os lançamentos devem ser feitos em dobro, ou seja, a débito e a crédito.

Como se deve indicar a partida de débito MCCCCLXXXXIII	Como se deve indicar a partida de crédito MCCCCLXXXXIII
Lodovico di Piero Forestani deve em 13 de novembro de 1493 L.44 s.1 d.8, por dinheiro emprestado, levo ao haver de caixa, a fls. 2..... L.44 s.1 d.8	Lodovico di Piero Forestani tem a haver no dia 22 de novembro de 1493 L.20 s.4 d.2 como parte de pagamento. E por ele a nós prometido por Francesco d'Antonio Cavalcanti, posto a haver folha 2..... L.20. s.4 d.2
E no dia 18 deste L.18 s.11. d.6 prometido por Martino di Piero Foraboschi por haver a este, folha 2..... L.18 s.11 d.6	Dinheiro em mãos de Simone d'Alesso Bombeni, que tem a haver no dia 14 de novembro de 1493 L.44 s.1 d.8 Lodovico di Piero Forestani, este a folha 2..... L.44 s.1 d.8
Dinheiro que Simone d'Alesso Bombeni deve em 14 de novembro de 1493 L.62 s.13. d.6 a Francesco d'Antonio Cavalcanti, este a folha 2..... L.62 s.13 d.6	E no dia 22 de novembro de 1493 L.18 s.11 d.6 a Martino di Piero Foraboschi, folha 2.....L.18 s.11 d.6
Martino di Piero Foraboschi deve em 20 de novembro de 1493 L.18 s.11 d. 6 por idêntico valor contado levo ao caixa a folha 2..... L.18 s.11 d.6	Martino di Piero Foraboschi tem a Haver no dia 13 de novembro de 1493 L.18 s.11 d.6 prometido por Lodovico di Piero Forestani, colocando a dívida a haver nesta folha 2..... L.18 s.11 d.6
Francesco d'Antonio Cavalcanti deve no dia 12 de novembro de 1493 L.20 s.4 d.2, por obrigação a Lodovico di Piero Forestani, folha 2..... L.20 s.4 d.2	Francesco d'Antonio Cavalcanti tem a haver no dia 14 de novembro de 1493 L.62. s.13. d.6, por idêntico valor contado que foi levado ao caixa, folha 2..... L.62 s.13. d.6

2.PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DE ACORDO COM O MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

Os procedimentos contábeis de acordo com o método das partidas dobradas visão demonstrar, como apresentado no tópico anterior, a contínua igualdade do patrimônio da entidade, além de explicar os efeitos de qualquer evento nos elementos patrimoniais.

O mecanismo do débito e do crédito, apresentado por Luca Pacioli, pode ser esquematizado da seguinte forma:

ATIVO		PASSIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
+	-	-	+	-	+
débito	crédito	débito	crédito	débito	crédito

A essência do método das partidas dobradas é que o registro de qualquer transação gera um débito numa ou mais contas e um crédito equivalente em uma ou mais contas, de forma que a soma dos valores debitados seja igual à soma dos valores creditados. Todo débito corresponde a um crédito de igual valor.

3.PATRIMÔNIO: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO

O patrimônio pode ser entendido como o conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma entidade. Este conjunto forma o objeto de estudo da Contabilidade.

O patrimônio é representado pelo Balanço Patrimonial. Este elemento de sinalização contábil é estruturado da seguinte forma:

<table>
<tr><td rowspan="2">ATIVO</td><td>PASSIVO</td></tr>
<tr><td>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</td></tr>
</table>

O ATIVO compreende os bens e direitos de uma entidade expressos em moeda. Os bens dividem-se em tangíveis (materiais ou corpóreos) e intangíveis (imateriais ou incorpóreos). Os direitos representam os valores que a entidade possui em relação a terceiros. Exemplos: caixa, conta-corrente bancária, estoques, clientes, máquinas, patentes de invenção.

Todo ativo deverá gerar para a entidade um benefício futuro; assim como, todo ativo resultado de alguma transação passada ou corrente.

O PASSIVO corresponde as obrigações a pagar, ou seja, os valores que a entidade deve a terceiros. Exemplos: títulos a pagar, impostos a pagar, adiantamento de clientes.

Todo passivo deriva de uma transação passada e deverá gerar um sacrifício futuro para a entidade. A obrigação deverá ser passível de mensuração monetária por uma quantidade definida ou razoavelmente estimada. O credor e a data em que o obrigação se torna exigível devem ser conhecidos ou passíveis de ser estimados com razoabilidade.

O registro do passivo deve ocorrer quando a entidade assumir os riscos de propriedade ou o controle econômico do ativo.

O PATRIMÔNIO LÍQUIDO é definido como a diferença entre o valor do ATIVO e do PASSIVO de uma entidade.

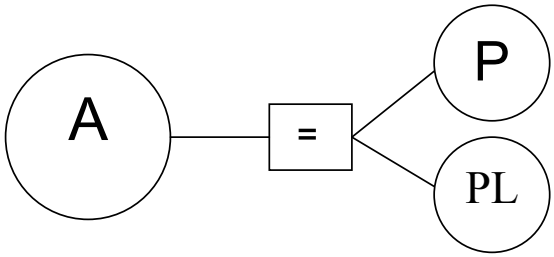
O patrimônio líquido de uma entidade pode ser representado quantitativamente pela seguinte equação:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO = ATIVO - PASSIVO

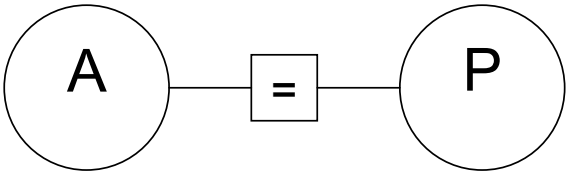
A representação mais comum do patrimônio é:

ATIVO = PASSIVO – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

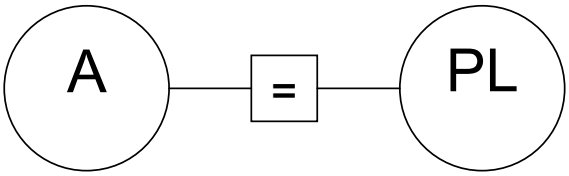
Para alguns autores contábeis, o patrimônio líquido aparece representado como a situação líquida da entidade. As situações líquidas podem ser expressas com variadas configurações, tais como:



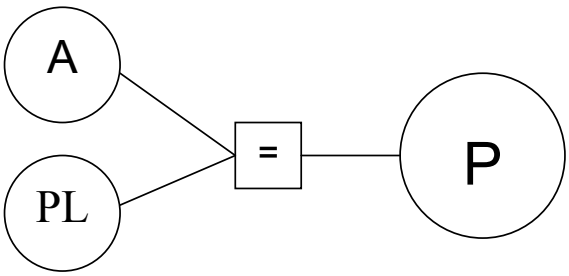
Esta é a representação mais comum do patrimônio, onde o ativo supera o valor do passivo, consequentemente, o patrimônio líquido possui um valor positivo.



A igualdade entre ativo e passivo ocorre quando o patrimônio líquido é zero.



A igualdade entre ativo e patrimônio líquido ocorre quando o passivo é zero.



A representação anterior caracteriza uma entidade com PASSIVO A DESCOBERTO, ou seja, não existe ativo suficiente para cobrir as obrigações. Neste caso, o patrimônio líquido passa de uma saldo credor para devedor.

O patrimônio líquido, originalmente, possui saldo credor, considerando que o capital investido pelo sócio representa um origem de capital credora, tendo como contrapartida uma conta devedora de ativo. A representação inicial de uma entidade pode ser caracterizada da seguinyte forma:

ATIVO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Este investimento inicial deve ser registrado em uma conta contábil denominada: capital social. Por exemplo: a sociedade Beta foi constituída por dois sócios, com integralização de capital no valor de $1.000. A representação da situação patrimonial inicial será representada da seguinte forma:

ATIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	1.000	Capital social	1.000

Este valor de $1.000 corresponde ao capital próprio investido pelos sócios na entidade.

Além do capital próprio, a entidade pode ter como fonte de recursos capital de terceiros. Por exemplo: a sociedade Beta, após a sua constituição, retirou um empréstimo de $500 no Banco do Pampa e adquiriu com estes recursos uma máquina. A representação da situação patrimonial inicial será representada da seguinte forma:

ATIVO		PASSIVO		
Caixa	1.000	Banco do Pampa	500	→ Capital de terceiros
Máquina	500	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
		Capital social	1.000	→ Capital próprio

O capital total à disposição da entidade representa o conjunto de recursos oriundos do capital próprio e de capitais de terceiros. Por outro lado, todo capital foi originalmente aplicado em elementos do ativo. Portanto, o lado esquerdo do balanço representa a origem dos recursos e o lado direito a aplicação de recursos.

APLICAÇÃO DE RECURSOS	ORIGEM DE RECURSOS
ATIVO	PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.GRUPAMENTOS DE CONTÁBEIS SEGUNDO A LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

O artigo 176 da Lei n° 6.404/76 (Lei das S. As.) estabelece que ao fim de cada exercício social (normalmente coincidente com o ano civil), a Diretoria deverá elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações contábeis, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- Demonstração das origens e aplicações de recursos.

4.1.BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é a demonstração que tem por objetivo apresentar a situação patrimonial de uma entidade em um determinado momento.

No balanço, as contas de ativo serão dispostas em ordem decrescente do grau de liquidez e classificadas nos seguintes grupos:

- Ativo circulante;
- Ativo realizável a longo prazo;
- Ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado e diferido.

No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- Passivo circulante;
- Passivo exigível a longo prazo;
- Resultado de exercícios futuros;
- Patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de lucros, reservas de reavaliação e lucros ou prejuízos acumulados.

ATIVO	PASSIVO EXIGÍVEL
Circulante	Circulante
Realizável a longo prazo	Exigível a longo prazo
Permanente: investimento, imobilizado e diferido	**RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS**
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Capital social
	Reservas
	Lucros ou prejuízos acumulados

No ativo circulante serão classificadas, de acordo com a Lei das S.As., as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subseqüente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte. A classificação de um ativo em circulante, ou de qualquer outro elemento patrimonial depende da intenção da entidade com relação a este elemento. Um elemento poderá ter classificação distinta de uma entidade para outra. Esta classificação dependerá da intenção em relação a este elemento patrimonial. Exemplo de ativos circulantes: caixa, bancos, aplicações financeiras, clientes, estoques, despesas pagas antecipadamente.

As despesas do exercício seguinte caracterizam-se por despesas pagas antecipadamente, porém ainda não incorridas, ou seja, ainda não ocorreu o fato gerador da despesa. Exemplo: prêmios pagos de seguros em vigência, assinaturas de jornais e revistas ainda não recebidas.

No ativo realizável a longo prazo serão classificados os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, bem como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da entidade, que não constituírem negócios usuais na exploração de seu objeto operacional. Exemplos de ativos realizáveis a longo prazo: clientes a receber após o exercício social subseqüente, créditos com controladas, créditos com coligadas.

No ativo permanente serão classificadas as contas representativas de bens e direitos de natureza permanente.

No ativo permanente investimento serão classificadas as participações permanentes em outra sociedades e os direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade. Exemplo: participação acionária de natureza permanente em outras sociedades.

No ativo permanente imobilizado serão classificados os bens e direitos que tenham por objeto à manutenção das atividades da entidade, tangíveis e intangíveis. Exemplo: veículos, máquinas, direitos autorais, patentes de invenção.

No ativo permanente diferido serão classificados os recursos aplicados em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais. Ao contrário das despesas do exercício seguinte, classificadas no ativo circulante, ou longo prazo, caso exceda um exercício, as diferidas são despesas pagas, porém incorridas, ou seja, o fato gerador da despesa já ocorreu. Esta despesa não pode ser lançada no resultado em função da não existência da receita correspondente gerada por ela. Todo ativo diferido tem como característica a intangibilidade. Exemplo: gastos de implantação e pré-operacionais.

No passivo exigível serão classificadas as obrigações da entidade, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente.

No passivo circulante serão classificadas as obrigações que vencerem no exercício seguinte, e no passivo exigível a longo prazo, as obrigações que vencerem após o exercício social

subseqüente ao encerramento do balanço. Exemplos: fornecedores, empréstimos bancários, impostos a pagar.

As contas patrimoniais classificadas como resultados de exercícios futuros representam receitas recebidas, que não caracterizam uma obrigação para a entidade, não são passíveis de devolução e não são levadas ao resultado quando do recebimento em função de não serem de competência do exercício em que ocorreu o recebimento. O montante classificado como resultado de exercícios futuros deve contemplar as receitas diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes. Ex.: recebimento de aluguel antecipado em que a entrega do bem alugado já foi entregue para o locatário e existe clausula contratual de não devolução do valor recebido antecipadamente.

No patrimônio líquido serão classificadas as contas de capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados.

O capital social representa o investimento feito pelo sócio na entidade. O capital social classifica-se da seguinte forma:

- Capital autorizado: significa apenas o limite estatutário de competência da assembléia geral ou do conselho de administração para aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social;
- Capital emitido: parcela do capital autorizado que transformou-se em ações a serem vendidas pela entidade;
- Capital subscrito: montante do capital emitido que foi vendido no mercado financeiro;
- Capital subscrito e realizado (ou integralizado): montante do capital subscrito que já foi pago pelo acionista;
- Capital subscrito e não realizado (ou não integralizado): parcela de subscrição que o acionista deverá pagar, de acordo com determinação do órgão que autorizou o aumento do capital da sociedade.

A conta de capital social discrimina, normalmente, o montante de capital subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

As ações são classificadas em dois grandes grupos:

- Ações ordinárias; e,
- Ações preferenciais.

As ações ordinárias tem a característica de conceder a seu titular o direito de voto em assembléia. As ações preferenciais dão ao possuidor prioridade no recebimento de dividendos e/ou, em caso de dissolução da entidade, no reembolso do capital. Normalmente, não tem direito a voto na assembléia.

As ações são classificadas em: endossáveis, nominativas e escriturais.

Ações endossáveis, são nominativas que podem ser transferidas no livro de registro de ações nominativas a partir do endosso da própria cautela.

Ações nominativas são as que identificam o nome de seu proprietário.

O estatuto da entidade pode autorizar ou determinar que todas ações, de uma o mais classes, sejam mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição que designar, sem emissão de certificados.

Recentes alterações da Lei das S. As., determinaram que, salvo no caso de ações com direito a dividendos fixos ou mínimos, as ações preferenciais terão direito a dividendos, no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As contas patrimoniais classificadas como reservas de capital são oriundas de transações que não transitam pelo resultado da entidade. Estas reservas não representam, portanto, contrapartida de qualquer esforço da entidade com a entrega de bens e prestação de serviços. Representam acréscimos efetivos aos ativos da entidade. As principais origens desta reserva são: a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, o produto da venda de partes beneficiárias (títulos negociáveis, não integrantes do capital, sem valor nominal, emitidos, a qualquer tempo, pelas sociedades anônimas) e bônus de subscrição (título negociável, emitido por uma entidade dentro do limite de aumento de capital autorizado nos estatutos, e que dá direito à subscrição de ações), prêmio recebido por emissão de debêntures (título que representa um empréstimo contraído por uma sociedade anônima, mediante lançamento público ou particular garantido pelo ativo da sociedade e com preferência para o resgate sobre quase todos os demais débitos), doações e subvenções para investimento.

As reservas de capital poderão ser destinadas para absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados, para resgate, reembolso e compra de ações, para resgate de partes beneficiárias, para incorporação ao capital e para pagamentos de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

As reservas de lucros, ao contrário das reservas de capital, são originadas no resultado. Elas buscam preservar a situação financeira e operacional da entidade.

As reservas de lucros podem ser constituídas por determinação legal, estatutária a por propostas aprovadas pelos acionistas.

A reserva de lucros determinada legalmente é a chamada reserva legal. Esta reserva será constituída com a destinação de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social. A entidade poderá deixar de constituir esta reserva quando o seu saldo, somada as reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

O estatuto da entidade poderá criar reserva de lucros, desde que indique com precisão a sua finalidade, fixe critérios para sua constituição e estabeleça o seu limite máximo.

As demais reservas de lucros deverão ser aprovadas pela assembléia de acionistas. Estas reservas são:

- Contingência: criada com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimada;
- Retenção de lucros: a assembléia poderá deliberar pela retenção de parte do lucro líquido através de um justificativa que deverá determinar as aplicações do capital;
- Lucros a realizar: criada com a finalidade de reter a parcela do lucro não realizada financeiramente. Caracterizam-se como lucros a realizar: o aumento do valor do investimento em coligadas e controladas e o lucro em vendas a prazo realizável após o término do exercício seguinte. Esta reserva deverá ser constituída com base no valor do lucro a realizar que ultrapassar a constituição das demais reservas de lucros. Exemplo: se o lucro a realizar é de $200 e para as demais reservas de lucros já foi destinado $100, a reserva de lucros a realizar não poderá ultrapassar $100;
- Lucros para expansão: destinada à ampliação da entidade com retenção de lucros;
- Especial para dividendo obrigatório não distribuído: é criada quando a situação financeira da entidade não permite o pagamento de dividendos obrigatórios;

O limite para constituição de reservas de lucros é atingido quando somada a sua totalidade (exceto contingência e lucros a realizar) aos lucros acumulados, este montante ultrapassar o valor do capital social.

A reserva de reavaliação representa a contrapartida da reavaliação de um ativo da entidade, aprovada pela assembléia de acionistas.

A entidade tem a obrigatoriedade de segregar a reserva de reavaliação de ativos prórpios da reserva de reavaliação de ativos reavaliados de coligadas e controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A realização da reserva de reavaliação ocorre com a depreciação, amortização, exaustão ou baixa do ativo reavaliado. A transferência do ativo reavaliado do grupo permanente para o circulante ou longo prazo, não representa uma realização da reserva.

Os lucros ou prejuízos acumulados são constituídos com a transferência dos lucros ou prejuízos líquidos do exercício. Uma vez transferido a resultado do exercício para o balanço patrimonial, encerram-se as contas de resultado e obtém-se, novamente, a igualdade patrimonial.

O valor que permanece nos lucros ou prejuízos acumulados representa o valor residual dos lucros ou prejuízos dos exercícios, descontadas as destinações para reservas de lucros e pagamento de dividendos.

De acordo com a legislação societária, não deve existir saldo na conta de lucros acumulados, exceto se forem anteriores à Lei 6.404/76 ou representarem centavos, não computados na declaração do dividendo por ação.

De acordo com a legislação societária, podem existir ações em tesouraria classificadas no patrimônio líquido. Esta conta deverá ser destacado no balanço como uma conta redutora, o seja, com saldo devedor, por representar ações da própria empresa em carteira. A entidade, de acordo com a legislação societária, não poderá manter mais de 5% de suas ações em tesouraria.

A finalidade de um balanço patrimonial, enfim, é o de apresentar a situação patrimonial de uma entidade em um determinado momento, Normalmente, os balanços são apresentados com saldos de mais de um anos em colunas paralelas, para facilitar a identificação da variação dos saldos das contas de um período para outro.

O levantamento do balanço patrimonial passa por um processo contábil relativamente complexo. Os principais passos para este levantamento são:

- Levantamento do balancete de verificação do mês que será apresentado o balanço;
- Ajuste de todas as contas patrimoniais e de resultado;
- Encerramento das contas de resultado e transferência do saldo para o balanço;
- Elaboração de todas demonstrações contábeis e das notas explicativas.

5.GESTÃO: REGIMES CONTÁBEIS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os regimes contábeis são elementos fundamentais para a apuração do resultado da entidade e, consequentemente, para a análise de sua gestão.

O regime de competência é a pilastra contábil fundamental para o controle do resultado.

Pelo regime de competência, a contabilidade reconhece a receita gerada dentro de um exercício social, independente de seu recebimento, ou seja, a receita deve ser reconhecida quando da ocorrência do fato gerador. Normalmente, o fato gerador da receita é a transferência de posse

do bem objeto da venda para o novo proprietário, ou a prestação do serviço contratado pelo cliente. A contrapartida da receita não recebida será uma conta de ativo.

Com relação à despesa, o processo de análise é o mesmo. A despesa deverá ser reconhecida independentemente de seu pagamento. Ocorrendo o fato gerador da despesa, esta deverá ser reconhecida, mesmo que a empresa não tenha desembolsado nenhum valor. A contrapartida, neste caso, será uma conta de passivo.

Pelo regime de competência fica clara a relação entre as contas de resultado e as contas patrimoniais. O lançamento de uma conta de receita ou de despesa terá como contrapartida, necessariamente, uma conta patrimonial. Nunca uma conta de resultado terá como contrapartida uma outra de resultado. Ao passo que uma conta patrimonial poderá ter como contrapartida uma conta patrimonial.

O regime de caixa, embora não aceito legalmente, é utilizado por muitas entidades como um instrumento auxiliar de controle.

Este regime consiste em reconhecer a receita quando do efetivo recebimento e a despesa quando do desembolso de caixa, ou seja, a receita é registrada quando entra o dinheiro e a despesa é registrado quando sai o dinheiro.

A variação das contas de resultado (receitas e despesas) causarão uma variação nas contas patrimoniais, considerando que a contrapartida de toda conta de resultado é uma conta patrimonial. O encerramento das contas de resultado torna-se obrigatório, tendo em vista que o balanço não manterá a igualdade entre o lado direito e esquerdo do balanço se o resultado entre as receitas e despesas não for transferido para o balanço. Esta transferência gerará uma variação do patrimônio líquido.

Para melhor visualizar a relação entre as contas de resultado e as contas patrimoniais, elaborou-se o seguinte exemplo:

- A empresa Beta foi constituída em 01.12.X1, com capital totalmente integralizado pelos sócios no valor de $100;
- Em 15.12.X1 a Beta prestou serviço de consultoria no valor de $50, que será recebido somente em 15.01.X2;
- Para prestar este serviço de consultoria, a Beta precisou contratar um consultor. Este consultor cobrou $10, que será pago somente e 05.01.X2.

1) Integralização do capital de valor de $100.

Balanço Patrimonial

ATIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	100	Capital Social	100
	100		100

2)Prestação de serviço, a prazo, no valor de $50.

Balanço Patrimonial

ATIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Caixa	100	Capital Social	100
Contas a Receber	50		
	150		100

DRE

Receita de Serviços	50
	50

3)Reconhecimento da despesa com consultor, no valor de $10, a ser paga em janeiro.

Balanço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	100	Consultores a pagar	10
Contas a Receber	50	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	100
	150		110

DRE

Receita de Serviços	50
Despesa com Consultores	(10)
	40

Com este exemplo pode ser visualizada a relação entre as contas de resultado e das contas patrimoniais e como operacionaliza-se o regime de competência.

Considerando que a receita foi registrada no resultado, independentemente do recebimento e que a despesa foi registrada seguindo o mesmo princípio, a resultado do exercício deverá ser transferido para o patrimônio líquido para que a equação patrimonial mantenha sua igualdade.

Assim, seguindo os quatro passos indicados anteriormente para o encerramento do balanço patrimonial, os saldos das contas da empresa Beta terão a seguinte constituição:

1° passo - <u>levantamento do balancete de verificação</u>: o balancete de verificação é um instrumento contábil utilizado para constatar a igualdade entre os saldos devedores e credores de todas as contas contábeis:

CONTAS CONTÁBEIS	SALDO	
	DEVEDOR	CREDOR
Caixa	100	-
Contas a receber	50	-
Consultores a pagar	-	10
Capital social	-	100
Receita de serviços	-	50
Despesa com consultores	10	-
Totais	160	160

Verifica-se a igualdade dos saldos devedores e credores, não necessitando, portanto, o ajuste de saldos.

2° passo – ajuste das contas: o ajuste das contas passa pela análise de cada conta patrimonial e de resultado. Os ajustes mais comuns são: atualização de contratos com variação cambial, conciliação de contas bancárias, reconhecimento perdas de contas a receber, atualização de estoques pelo critério de custo ou mercado, equivalência patrimonial, cálculo de provisão ativas e passivas, depreciação, amortização e exaustão, etc. Neste exemplo, como não será preciso nenhum ajuste, os saldos são considerados corretos.

3° passo – encerramento da contas de resultado: o saldo das contas de resultado segue a lógica das contas patrimoniais, ou seja, as contas de receita possuem saldo credor, pois aumentam o patrimônio líquido; ao passo que as contas de despesa possuem saldo devedor pois diminuem o patrimônio líquido. Assim, o encerramento das contas de resultado passam pelos seguintes procedimentos:

- As contas de resultado com saldo credor devem ser debitadas contra resultado do exercício;
- As contas de resultado com saldo devedor devem ser creditadas contra resultado do exercício;
- O resultado do exercício deve ser debitado (se o resultado for de lucro) ou creditado (se o resultado for de prejuízo) contra imposto de renda a pagar (conta de passivo), participações a pagar (conta de passivo) e o saldo contra lucros ou prejuízo acumulados. A destinação do resultado do exercício será registrada somente após a transferência para lucros ou prejuízos acumulados, assim, o crédito em reservas de lucros e em dividendos a pagar, terá como contrapartida débito na conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Caixa	
100	

Contas a Receber	
❶50	

Consultores a Pagar	
	10❷

Capital Social	
	100

Receita de Serviços	
❸50	50❶

Despesa c/Consultores	
❷10	10❹

Resultado do Exerc.	
❹10	50❸
❺40	

Lucros Acumulados	
	40❺

4° passo – elaboração da demonstrações contábeis: o balanço patrimonial, após o encerramento das contas de resultado e a transferência do resultado para a conta de lucros acumulados, ficará com a seguinte estrutura:

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	100	Consultores a pagar	10
Contas a Receber	50	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	100
		Lucros Acumulados	40
	150		150

A demonstração do resultado de exercício, seguindo o que determina o artigo 187 da Lei 6.404/76, deverá discriminar:

- A receita bruta de vendas e serviços, as deduções das vendas (vendas canceladas), os abatimentos (descontos comerciais concedidos) e os impostos (Pis sobre faturamento, Cofins, ICMS);
- A receita líquida de vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- As despesas com as vendas (salários, publicidade, aluguel, depreciação, etc.), as despesas financeiras (juros pagos, descontos financeiros concedidos, etc.), deduzidas das receitas (juros obtidos, descontos financeiros obtidos, etc.), as despesas gerais e administrativas (salários, impostos, taxas, depreciações, etc.) e outras despesas operacionais (resultado de equivalência patrimonial, dividendos recebidos);
- O lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais (ganhos e perdas na alienação de ativos permanentes, etc.);
- O resultado do exercício antes da contribuição social e do imposto de renda e a provisão para estes impostos;
- As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;
- O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Algumas entidades iniciam a demonstração do resultado do exercício não pela receita bruta de vendas e serviços, mas pelo faturamento bruto e deduções com o IPI sobre o faturamento bruto. Após esta dedução é que aparece a receita bruta de vendas e serviços, uma vez que o IPI contido nas vendas é considerado uma dedução do faturamento bruto. Isto ocorre porque a indústria funciona como um agente arrecadador de IPI, uma vez que cobra este imposto no momento da venda de seus produtos, assim como pagou para seus fornecedores no momento da compra da matéria-prima.

O cálculo das participações no resultado do exercício deve ser determinado de forma sucessiva e na ordem apresentada, ou seja, primeiro é calculada a participação dos debenturistas, descontada esta parcela do lucro, para chegar a uma nova base de cálculo para determinar a participação dos empregados. Este processo de desconto é sucessivo até a última participação.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social deve ser feito extracontabilmente, portanto, a determinação dos valores a serem pagos de imposto de renda e de contribuição social não são com base em valores contábeis e sim fiscais.

O lucro líquido do exercício poderá ser destinado para pagamento de dividendos, para constituição de reservas de lucros e o saldo que não for destinado deverá ser permanecer na conta de lucros ou prejuízos acumulados.

A demonstração do resultado do exercício demonstra como se formou o lucro ou o prejuízo do exercício e explica muitas variações que ocorreram nas contas patrimoniais, considerando que cada lançamento em uma conta de resultado terá como contrapartida um lançamento em uma conta patrimonial. Esta demonstração visa, enfim, evidenciar como ocorreu a formação do resultado de um exercício, através do confronto entre as contas de receitas, custos e despesas.

6.REGISTRO DE OPERAÇÕES BÁSICAS DE UMA ENTIDADE

O entendimento do efeito contábil do registro de operações básicas de uma entendida, constitui em um elemento fundamental para o entendimento da sistematização contábil. Através do claro entendimento do registro de uma operação, é possível entender seu efeito no resultado e, consequentemente, no patrimônio da entidade.

6.1.Operações de abertura de uma empresa

Na constituição de qualquer entidade, individual ou coletiva, a conta capital social será a primeira a criada, tendo como contrapartida uma conta de ativo.

Capital Social	
	1.000

Caixa	
1.000	

6.2.Despesas pré-operacionais

Na fase de constituição da entidade, os sócios podem efetuar algumas despesas que irão contribuir para a formação do resultado de mais de um exercício social. Estas despesas pré-operacionais serão classificadas no ativo permanente diferido.

Caixa	
1.000	10
990	

Despesa Diferida	
10	

6.3.Compra de 1 unidade de estoque de matéria-prima, a prazo

A compra de 1 unidade de estoque poderá gerar uma série de lançamentos contábeis. O controle de estoque em uma entidade pode ser efetuado por dois sistemas distintos:

- Inventário periódico: neste sistema a entidade adota a elaboração de um inventário físico das mercadorias existente em estoque no final do exercício, normalmente no final do ano. Assim, o custo dos produtos vendidos somente será conhecido no final do exercício.

- Inventário permanente: pelo sistema permanente, a entidade controla permanentemente o estoque de produtos registrando as variações após cada transação. Assim, como os estoques são mantidos atualizados, é possível determinar o custo das vendas a qualquer momento.

Uma vez que a entidade adotou o controle permanente de estoque, deverá adotar um critério para controle deste estoque, sendo que os mais comuns são: preço específico, primeiro a entrar – primeiro a sair, último a entrar – primeiro a sair e média ponderada móvel.

- Preço específico: quando é possível determinar o preço específico de uma unidade de estoque, pode-se adotar este valor para determinar o custo do estoque vendido;
- Primeiro a entrar – primeiro a sair: o custo é determinado pelo valor unitário do estoque mais antigo da entidade, assim, teoricamente, são vendidas primeiro as unidades mais antigas;
- Último a entrar – primeiro a sair: este sistema adota o procedimento inverso do anterior, ou seja, a unidade de estoque vendida é valorizada pela última unidade que entrou no estoque na entidade, ou seja, são vendidas primeiro as unidades mais recentes.
- Média ponderada móvel: este é o método mais utilizado no Brasil, onde o controle de estoque ocorre pela média das compras do período, assim, a cada compra de estoque com valor diferente dos já possuídos pela entidade, o valor da média será modificado, considerando a média anterior e os valores pagos pelos novos estoques.

Considerando que nesta transação de compra (6.3) incidiu ICMS, o registro contábil será o seguinte (o controle de estoque será permanente):

Fornecedores	
	10

Estoque de Mat.Prima	
9	

ICMS a Recuperar	
1	

6.4.Fabricação de 1 unidade de produto, com utilização de metade da matéria-prima

Estoque de Mat.Prima	
9	4,5❷
4,5	

Mat.Prima Consumida	
❷4,5	4,5❸

Mão-de-Obra	
❶1,0	1,0❹

Custo de Produção	
❸4,5 ❹1,0	
	5,5❺

Estoque de Prod. Pronto	
❺5,5	

Salários a Pagar	
	1,0❶

6.5.Venda da unidade de produto pronto, a prazo

Receita de Vendas	
	10❶

CPV	
❷5,5	

Clientes	
10❶	

Estoque de Prod. Pronto	
5,5	❷5,5
0	

ICMS a Recolher	
	0,6❸

Impostos s/ Vendas	
0,6❸	

6.6.Reconhecimento do salário do pessoal administrativo

Despesa de Salário	
❶0,5	

Salários a Pagar	
	1,0 (saldo anterior) 0,5❶
	1,5

6.7.Recebimento de 50% do saldo de clientes, concedendo um desconto de 10%

Caixa	
(saldo anterior) 990	
❶4,5	
994,5	

Clientes	
10	5❶
5	

Descontos financeiros	
❶0,5	

Com base nas transações acima, é possível elaborar todas as demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária.

7.PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O balancete de verificação, embora não seja uma demonstração obrigatória, é, normalmente, a primeira a ser elaborada. Com base nas transações acima, o balancete de verificação será:

	SALDO	
CONTAS CONTÁBEIS	DEVEDOR	CREDOR
Caixa	994,5	-
Clientes	5	-
Estoque de Matéria Prima	4,5	-
ICMS a Recuperar	1	-
Despesa Diferida	10	-
Fornecedores	-	10
ICMS a Recolher	-	0,6
Salários a Pagar	-	1,5
Capital Social	-	1.000
Receita de Vendas	-	10
CPV	5,5	-
Impostos s/ Vendas	0,6	-
Descontos financeiros	0,5	-
Despesa de Salário	0,5	-
Totais	1.022,10	1.022,10

Como ocorreu a igualdade do saldo de débito e crédito do balancete, não será preciso proceder a nenhum ajuste de contas. Estes ajustes, como comentado anteriormente, são feitos para corrigir saldos de contas, adequar as contas aos princípios contábeis e proceder a qualquer acerto necessário para o encerramento do exercício.

Após os ajustes, o procedimento a ser adotado é o encerramento das contas de resultado para que seja possível elaborar a demonstração do resultado do exercício.

As contas de resultado são as seguintes:

Receita de Vendas

❶10	10
	0

CPV

5,5	5,5❷
0	

Impostos s/ Vendas

0,6	0,6❸
0	

Descontos financeiros

0,5	0,5❹
0	

Despesa de Salário

0,5	0,5❺
0	

Resultado do Exercício

❷ 5,5 ❸ 0,6 ❹ 0,5 ❺ 0,5	10❶
	2,9

A demonstração do resultado de exercício terá a seguinte composição:

Receita Bruta de Vendas:.....	10
(-)Impostos sobre Vendas:.....	(0,6)
Receita Líquida de Vendas:.....	9,4
(-)CPV:	5,5
Lucro Bruto:.....	3,9
(-)Despesas Operacionais:	
Financeiras: 0,5	
Administrativas:0,5.....	(1,0)
Lucro antes do IR e Contr. Social.....	2,9
(-)Contr. Social.....	(0,1)
(-)IR.....	(0,3)
Lucro antes das Participações:	2,5
(-)Participações:	
Debêntures:.....	(0,25)
Empregados:.....	(0,18)
Administradores:.....	(0,12)
Lucro líquido:.....	1,95

Cálculos extracontábeis

Contribuição Social
Lucro ou prejuízo contábil antes da CS
(+)Adições
(-) Exclusões
(=)Base de cálculo

Livro de Apuração do Lucro Real-LALUR
Lucro contábil antes do IR
(+)Adições
(-)Exclusões
(=)Lucro real (base para cálculo do IR)

Cálculo das Participações

Lucro após o IR e CS:	2,5
Debêntures (10%):	(0,25)
Base p/empregados:	2,25
Empregados (8%):	(0,18)
Base p/administradores:	2,07
Administradores: (6%):	(0,12)

O resultado do exercício deverá ser transferido para o balanço, através dos seguintes lançamentos:

Resultado do Exercício	
❶ 2,9	2,9

IR a pagar	
	0,3❶

CS a pagar	
	0,1❶

Participações a pagar	
	0,25❶ 0,18❶ 0,12❶
	0,55

Lucros Acumulados	
❷0,10 ❸1,00	1,95❶
	0,85

Reserva Legal	
	0,10❷

Dividendos a pagar	
	❸1,00

A reserva legal representa 5% do lucro líquido de exercício e os dividendos foram determinas pela assembléia de acionistas.

Com estas informações, é possível elaborar as demais demonstrações contábeis.

O único ajuste necessário é conciliar a conta de ICMS.

ICMS a Recuperar	
1	0,6❶
0,4	

ICMS a Recolher	
❶0,6	0,6

1)BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	$	CIRCULANTE	$
Caixa	994,5	Salários a pagar	1,5
Clientes	5	Participações a pagar	0,55
ICMS a recuperar	0,4	IR a recolher	0,3
Estoque de Matéria-Prima	4,5	CS a pagar	0,1
Total do circulante	1.004,4	Dividendos a pagar	1,00
PERMANENTE		Fornecedores	10
DIFERIDO		Total do circulante	13,45
Despesas diferidas	10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	1.000
		Reserva legal	0,1
		Lucros acumulados	0,85
		Total do PL	1.000,95
TOTAL DO ATIVO	1.014,40	TOTAL DO PASSIVO E PL	1.014,40